



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo 10 - Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas

**Os processos de rualização e sua (des)conexão
na Vigilância Socioassistencial**

Resumo

Trata-se de um estudo misto, com uso da técnica de triangulação. Vincula a origem atual dos processos de rualização, assim como da situação de rua, ao atual modo de produção, capitalista. A realidade contraditória onde se inserem as políticas sociais são destacadas e, diante disso, analisa-se no âmbito da política de Assistência Social, como ela dá conta da função de Vigilância Socioassistencial direcionada a este segmento populacional, na região metropolitana de Porto Alegre. Demonstra, assim, a (des)conexão entre as múltiplas manifestações de desproteção social, que deveriam ser priorizadas no processo de Vigilância Socioassistencial, e a combinação de indicadores construída de forma processual e coletiva, que permita sua transformação.

Palavras-chave: Processos de rualização; Situação de rua; Política de Assistência Social; Vigilância Socioassistencial.

**The processes of *rualização* and its (dis)connection
in Social Assistant Vigilance**

Abstract

It is a mixed study, using the triangulation technique. It links the current origin of the processes of “*rualização*”, as well as of the street situation, to the present mode of production, capitalist. The contradictory reality in which social policies are inserted are highlighted and, in the light of this, it is analyzed within the scope of the Social Assistance policy, as it accounts for the function of Social Assistant Vigilance directed to this population segment, in the metropolitan region of Porto Alegre. It shows, therefore, the (dis)connection between the multiple manifestations of social deprotection, which should be prioritized in the Socio Assistant Vigilance process, and the combination of indicators constructed in a procedural and collective way, that allows its transformation.

Keywords: Process of “*rualização*”; Street life situation; Social Assistance policy; Social Assistant Vigilance.

Introdução

Este texto, fruto de uma tese de doutorado em Serviço Social, apresenta o fenômeno rualização¹ constituído como um processo que se conforma a partir de

¹ “Ver essa situação como estado e não como processo é um modo de reiterá-la, sem reconhecer a perspectiva do movimento de superação – e essa parece ser uma questão central. [...] O termo processo de rualização parte de uma concepção oposta, na medida em que se reconhece como processo social, condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes” (PRATES, *et al.* Temporalis, Brasília/DF, n. 22, p. 191-215, jul./dez, 2011). Em Trabalho de Conclusão (2010), o autor do presente artigo, também apresentava a rualização como expressão da questão social, processos combinados de “mudanças no mundo

múltiplos condicionantes e que pode iniciar na esfera doméstica, esfera das relações primárias, resultando na utilização da rua como espaço de sobrevivência e/ou moradia e como referência identitária. Destaca-se o processo de realização como manifestação da questão social², fruto do modo de produção capitalista. Analisa, no âmbito da política de Assistência Social, como ela dá conta da função de vigilância das desproteções e dos serviços direcionados a esse segmento populacional. Assim, o estudo que resultou neste texto parte do seguinte problema: o que fundamenta e como se processa a Vigilância Socioassistencial³ na Proteção Social Especial⁴ em relação a população adulta em situação de rua na região metropolitana de Porto Alegre⁵?

A perversa lógica do capital e a realidade contraditória, onde se inserem as políticas sociais são destacadas, assim como as desigualdades e resistências e diante disso, problematizadas as agendas municipais relativas à situação de rua, seu atendimento e sua possível prevenção. Assim, a proposta da referida pesquisa surgiu como resultado de uma trajetória de contato direto com a realidade concreta, “dinâmica entre razão e experiência”, na busca pela abordagem científica em relação aos processos de realização e a situação de rua contemplados, ou não, pela função de Vigilância Socioassistencial.

Parágrafo único. A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com:

I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão; e

II – a produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS (BRASIL, 2012, art. 90).

do trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais, o que torna cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos centros urbanos do país” (NUNES, 2010, p. 13). Percebe-se um processo muitas vezes iniciado na esfera doméstica, esfera das relações primárias (NUNES, 2019).

² A questão social é apreendida como expressão das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea (IAMAMOTO, 2004, p. 10-11).

³ Vigilância Socioassistencial é uma das três funções da política de Assistência Social.

⁴ A Proteção Social Especial refere-se a programas e serviços da Política de Assistência Social, mais especializados, dirigidos a família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Há duas modalidades de proteção social especial, média e alta complexidade.

⁵ Com 34 municípios em mais de 10 mil km e densidade populacional de 389,7 hab/km², totalizando 96,93% de população urbana, contendo 9 dos 18 municípios do RS com mais de 100 mil habitantes (IBGE, METROPLAN, 2010; SEPLAN/RS, 2016).

A Vigilância Socioassistencial torna-se “referência institucional pública em informar a sociedade sobre a presença de desproteções sociais⁶ na população” (SPOSATI, 2017, p. 4).

No sentido do desvendamento das contradições histórico-estruturais, Iamamoto (2014, p. 452) sobre a pós-graduação em Serviço Social e os rumos da pesquisa, afirma que “quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta”. O real em movimento permanente e contraditório, portanto, histórico precisa ser capturado pela pesquisa para que seja possível, como diz Marx (1989), depois desse processo mostrar “a vida da realidade”. Com enfoque misto, articulando dados quantitativos e qualitativos, o estudo também se caracteriza pelo uso da técnica da triangulação, contemplando a escuta de sujeitos, a análise do contexto e a análise de documentos. “Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social [...]” (TRIVIÑOS, 2007, p.138). A escolha do método dialético, portanto, tem este caráter transformador, preocupação com a relação teoria-prática e com a superação do instituído.

O superado não deixa de existir [...]. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do resultado superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através da sua negação (LEFEBVRE, 1983, p. 231).

O presente estudo é composto por mapeamento e diagnóstico e, ainda, contempla entrevistas com gestores, técnicos, conselheiros. As entrevistas foram realizadas com técnicos e gestores que trabalham tanto com a vigilância como os que atendem diretamente a população em situação de rua. Também se entrevistou gestores ou representantes da vigilância socioassistencial e conselheiros da Assistência Social.

Além das coletas realizou-se a análise de 8 (oito) documentos a partir de roteiro de análise. O terceiro ângulo contemplado é a análise dos “processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito”, o que inclui a luta de classes, o modo de produção, as forças produtivas e relações de produção (TRIVIÑOS, 2007, p. 139).

A relação da origem atual da Situação de Rua com o modo de produção capitalista

⁶ Utilizar-se-á neste estudo, os termos vulnerabilidade e desproteção social, ainda que a professora Aldaíza Sposati chame a atenção para a *vulnerabilidade* sendo uma descompensação do indivíduo e de que *desproteção social* vincula-se a uma ação desprotetora (coletiva). Vulnerabilidade é o termo utilizado nos documentos da política.

Choca-se com o fado de que “A renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a do 1% mais rico aumentou cerca de US\$ 11.800, ou seja, 182 vezes mais” (OXFAM, 2016, p. 2). Como disse István Meszáros (1998, tradução de Alvaro Bianchi), vivemos a era de uma crise histórica sem precedentes. “Uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital.

A *crise estrutural do capital* impacta a todos os sujeitos, contudo impacta profundamente determinados grupos sociais, segmentos populacionais expropriados dos meios de produção e manifestam algumas consequências do desemprego estrutural.

Embora populações com características de circulação e ocupação do espaço “da rua”, como os sem habitat fixos, andarilhos e mendigos, fizessem parte da história da humanidade, na contemporaneidade é que se apresentam como manifestação da questão social, na relação de sua origem atual com o modo de produção capitalista. Diante disso, pode-se afirmar que:

A história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras [...] as condições histórico estruturais que originaram e reproduzem continuamente o fenômeno na sociedade capitalista são as mesmas que deram origem ao capital e asseguram até hoje a sua acumulação (SILVA, 2009, p. 25).

“A relação-capital pressupõe a separação violenta entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1989, p. 262).

Noutra passagem (p. 145), no capítulo IV d’O Capital, Marx diz que:

O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume.

“Nosso capitalista quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também a mais-valia.” Neste contexto, Silva (2009) sinalizou o excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo, da produção de uma superpopulação relativa no processo de acumulação do capital, em que se vincula a reprodução do fenômeno população em situação de rua. Parte deste considerado exército industrial de reserva pode se cronificar e no atual estágio do capitalismo rentista, percebido pela crescente dos indicadores do chamado desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2003).

Carcanholo (2008, p. 17) afirma contundentemente: “A teoria de Marx nos ensina que precisamos, mais do que nunca, lutar contra o capitalismo, pela humanidade”⁷. Conforme Luana Siqueira, (2013, p. 163) há a necessidade de se conhecer as determinações impostas que “constituem a realidade concreta na qual os sujeitos históricos se movem”. Complementa afirmando que “a pobreza só pode ser explicada na sociedade capitalista em relação à contradição de classes”.

No bojo deste “jogo” contraditório surgem as políticas sociais, entre concessão de capitalistas e conquistas de trabalhadores. Assim, evidencia-se que “as políticas públicas não configuram ações neutras, mas reproduzem discursos ideológicos presentes na conjuntura da sociedade capitalista, e se materializam de forma contraditória no âmbito da reprodução do capital e garantia de direitos” (SCHERER, 2015, p. 186).

Um diagnóstico socioterritorial analisado revela, a partir do IBGE (2010), uma taxa de 10,91% referente a extrema pobreza. Na “zona rural a taxa de analfabetismo era de 12,9%” (Panorama Municipal MDS, 2012, p. 3).

Compreende-se que a construção de indicadores não caracteriza um diagnóstico socioassistencial. É preciso mediá-los com teorias explicativas, o estabelecimento de relações, comparações, destaques realizados nos processos de interpretação e análise é que irão produzir conhecimento [...] busca evidenciar múltiplas determinações que conformam um fenômeno e as perspectivas de transformação, abarcando causas interconectadas e múltiplos impactos delas decorrentes, processo só possível via pesquisa. [...] a análise é o seu ápice (LAZZARI, 2018, p. 113).

É preciso estar vigilante em relação ao discurso que busca a integração dos “excluídos” na sociedade que os exclui; que culpabiliza a família pelas violações vividas por seus membros, e os “marginaliza”. Trata-se, segundo José Martins (2002, p. 37), de “uma expressão de conservadorismo porque orientada pela valorização da inclusão no existente, no que permanece, e não no que muda e, sobretudo, no que pode mudar”.

Com a ótica de mercado ou livre iniciativa as atribuições do Estado ficam limitadas à garantia da propriedade privada e de contratos, basicamente. Assim aumentam as desigualdades sociais e com elas o contingente de destituídos de direitos.

Segundo Iamamoto (2001, p. 12), é fundamental desocultar “a natureza do valor de troca e os fetichismos que o acompanham, não os destituindo de sua historicidade”, com vistas a dar visibilidade aos componentes materiais da riqueza.

⁷ Trecho extraído do artigo escrito pelo autor em julho de 2007 para a “Apresentação” do livro Contribuição à Crítica da Economia política de Karl Marx (Expressão Popular, 2ª edição, São Paulo: 2008).

A atualização do conservadorismo no contexto contemporâneo especulativo

Na atual fase do modo de produção capitalista, o capital “especulativo e parasitário”⁸ nasce na esfera produtiva,

sob as formas de lucros não reinvestidos na produção, de salários, de rendimentos retidos pela via fiscal ou sob as agiotagens do crédito ao consumidor, salários guardados nos fundos de aposentadoria. Esses, ao ingressarem na esfera financeira, buscam maior rentabilidade. [...] Paralisam a economia e penalizam o conjunto da população para o qual é transferido o ônus desses processos (IAMAMOTO, 2014, p. 124).

Giovane Scherer (2018) chama a atenção também para a importância dos últimos acontecimentos no cenário político brasileiro. Aponta para a manutenção dos interesses das elites do país, “por meio do avanço ultraneoliberal presente, especialmente, nos últimos dois anos, após a quebra daquilo que se convencionou chamar de *Neodesenvolvimentismo*” (SCHERER, 2018, NR. 4). Por outro lado, Anthony Giddens, (1996, p. 31) rotula os socialistas contemporâneos de conservadores, uma vez que, no confronto com o neoliberalismo¹⁰, “descobrem-se tentando preservar instituições existentes – de modo mais notável o Welfare State – em vez de tentar abalá-las”.

Segundo Herrera (2015, p. 11), “outro capitalismo, ‘com aparência humana’, sem crise sistêmica e nem guerra imperialista, não é possível”. O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. “La atrofía del Estado social y la hipertrofia del estado penal son dos transformaciones correlativas y complementarias que participan de un nuevo gobierno de la miséria” (WACQUANT, 2007, p. 318). Formas mediadas moralmente. “Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do ‘mal’” (BARROCO, 2011, p. 210).

A mudança do quadro nefasto em que se encontra o Brasil só poderá ser alterada com a participação de toda a sociedade para o aprimoramento da qualidade da política pública, em especial ao processo da Vigilância Socioassistencial a fim de tornar novamente positiva a expectativa negativa em tempos de Emenda Constitucional 95/16

⁸ Mais em: GOMES, Helder (Org.). *Especulação e lucros fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

⁹ Consiste como reflexão central para Sampaio Junior (2012, p. 673 *et seq.*), onde o autor critica a proposta de *neodesenvolvimentismo* por chamar de “solução burguesa para a trajetória do subdesenvolvimento e da dependência [...] pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional”. Diminuição da miséria, redistribuindo renda ao mesmo tempo em amplia o mercado de consumo.

¹⁰ O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os trabalhadores, reduzindo seus direitos e suas possibilidades de acesso a bens e serviços socialmente reduzidos revelando claramente que a velha e injusta base em que se sustenta o sistema capitalista, a extração da mais-valia, continua a mesma (PRATES, 2011).

que institui o novo regime fiscal e de seguridade social, em que se congelaram gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Nesta alternativa, a base da desigualdade não é atingida, medidas de cunho mais radical, tais como a reforma agrária, a taxaçoão progressiva de fortunas, entre outras iniciativas ainda estão longe de serem implementadas, por fim a ampliação de empregos em muitos casos precários, mascaram a chamada inclusão precária. Diante disso, “os investimentos especulativos são favoráveis em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2014, p. 143). Realidade reafirmada na fala do conselheiro (suj. da pesq.): “Ao longo desses últimos anos o que a gente tem percebido é que o município tem de alguma forma, executado políticas que são capazes apenas de fazer a manutenção das pessoas em situação de rua nessa condição”.

Cabe à vigilância social prover o conhecimento das expressões de desproteção social vividas pela população efetivando-se não só por estudos e dados secundários, mas, também, pela sistematização dos conhecimentos advindos da relação dos serviços socioassistenciais com a população. [...] Pela vigilância social é que pode dar visibilidade a inúmeras situações como a invisibilidade nos Censos do IBGE da população em situação de rua no meio urbano ou os sem-terra no âmbito rural pois não contados nos censos oficiais por não serem domiciliados. (SPOSATI, 2016, p. 21).

Aldaíza Sposati (2018), aponta como aspecto positivo na qualificação do estudo que resultou no presente artigo, a referência a uma demanda coletiva, ou seja, a “População em Situação de Rua como uma manifestação de exploração humana” que se alastra no meio urbano das cidades brasileiras, uma população que vive em um território de chão inconstante, que “alterado no destino de sua ocupação redesenha o chão urbano, demandando referências de localização que não são identificáveis pela propriedade, pelo IPTU, pelo número e nome da rua”.

O que não é exatamente uma novidade, pois “no momento de desintegração da economia camponesa há dispersão da família, migração para aglomerados urbanos, às vezes distantes, e proletarização” (MARTINS, 2002, p. 69).

A vigilância socioassistencial sob a égide de ampliação do acesso aos direitos de cidadania tem a exigência em produzir, para a sociedade, informe sobre as múltiplas e reincidentes situações de desproteção social sofridas e impingidas a segmentos da população, e que estas são resultantes também da ausência e/ou do modo residual e precário de presença das respostas protetivas públicas (SPOSATI, 2017, p. 3).

No Estado social, a resposta às necessidades das classes trabalhadoras, vem em forma de políticas sociais. Esse processo se caracteriza pela manutenção da acumulação e reprodução da força de trabalho e, contraditoriamente, dá visibilidade às demandas dos

trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais. Como observa Sposati, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem “a perspectiva de responder à universalidade de um direito de cidadania” (2006, p. 111). É o fortalecimento da Vigilância Socioassistencial para responder, para denunciar, estar atento.

Segundo Lazzari (2018), a Vigilância Socioassistencial contém em sua gênese a potencialidade de que se concretize como estratégia que possibilite agregar cientificidade, denunciando o descompasso existente entre a insegurança social vivida por indivíduos e por famílias e o que vem sendo feito para combatê-la. É “fundamental que sejam realizadas análises que não se limitem ao plano da aparência, mas desfetichizem o real, dando visibilidade à sua estrutura e dinâmica (como se conforma e como se movimenta)” (PRATES, 2014, p. 352). É também fundamental a valorização do diagnóstico com base territorial¹¹.

Denuncia-se, desta forma, os vazios de atendimento existentes nos municípios e a ausência ou incapacidade em efetivar as seguranças sociais, entendidas como o “conjunto de ações coletivas financiadas ou administradas pelo Estado a superar desproteções sociais [...]” (SPOSATI, 2016, p. 11). Um gestor (subj. da pesquisa n. 6) se acusa: “sobre a população em situação de rua ainda não fiz nenhum levantamento, ainda não produzi nenhuma informação”.

Entre as pessoas que vivenciam a situação de rua na metrópole, “verificamos que 32,5% das motivações explicitadas pelos entrevistados para terem ido para a rua envolveram questões e conflitos familiares”. [...] 25,2% da população investigada está há menos de 1 ano na rua. (UFRGS, 2016, p. 99).

O SUAS define como funções da Assistência Social a proteção social hierarquizada entre proteção básica e especial, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos socioassistenciais. “Os indicadores a serem construídos devem mensurar, no território, as situações de riscos sociais e violação de direitos” (PNAS, 2004, p. 39). Na Política Nacional de Assistência Social a função de vigilância social é definida como aquela que se refere à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social e vigilância sobre padrões de serviços de assistência social.

¹¹ Território entendido não apenas como área geográfica, mas como espaço de relações, vivências, produção simbólica, apropriações e interações, conflitos e laços de solidariedade.

Desproteções sociais e a gestão da informação

As marcas da crise estrutural do capital se evidenciam nos mapas das cidades, podendo ser percebidas por meio da segregação espacial nas dinâmicas territoriais.

A partir de Robert Nisbet (1987) Leila Escorsim Netto (2011, p. 106) nos chama atenção quanto à liberdade e à igualdade: diz que “a finalidade permanente da liberdade é a proteção do indivíduo e da propriedade da família [...]. O objetivo inerente da igualdade [...] é a redistribuição ou nivelamento dos valores imateriais de uma comunidade”. Marcuse refletindo pela ótica de Kant sobre liberdade resume que “a limitação multilateral e voluntária da liberdade individual em um sistema geral de dominação e subordinação recíprocas é necessária à garantia peremptória da sociedade burguesa constituída sobre a relação de propriedade privada” (1972, p. 99).

Mais formulações adequadas à explicação da evolução do conservadorismo ao longo do século XIX se fazem necessárias, como segue:

A teoria da contrarrevolução luta, de início, a favor dos grupos feudais e clericais contra a burguesia como portadora da revolução. A mudança de função da teoria acompanha a história da burguesia a partir da luta de uma classe em ascensão contra os restos de uma organização social que se transformou em obstáculo até a dominação absoluta de algumas camadas privilegiadas contra o ataque de todas as forças progressistas [...] (MARCUSE, 1972, p. 116).

No tempo presente o ataque continua: “o pensamento conservador continua até hoje a chamar desdenhosamente de “utópicas” as tentativas “racionalistas” de criar uma nova ordem social”. Tendo-se em vista que o conservadorismo se constitui de uma unidade de diversidades podemos observar a tendência do “atual neoliberalismo no sentido de negar sua natureza conservadora e de afirmar-se como reformista [...]” (COUTINHO, prefácio de ESCORSIM NETTO, 2011, p. 9). Em que pese a sociedade de raízes conservadoras e autoritárias como a brasileira (CHAUI, 2000) e constituir-se em um *constructo* ideológico fundamental para ocultar as raízes da reprodução do capital, os registros da demanda e da cobertura da rede socioassistencial devem contemplar o esforço em ser contínuos, atentos a captar a heterogeneidade dos territórios, suas particularidades e da caracterização efetiva sobre com que a população conta em seu cotidiano (SPOSATI, 2017).

A partir da NOB-SUAS/2005 a Vigilância responsabiliza-se pela identificação de “territórios de incidência” (BRASIL, 2005, p. 26) de desproteções sociais, ou seja, é “parte do escopo da Vigilância Socioassistencial a necessidade de conhecer o cotidiano das famílias a partir das condições concretas do lugar onde vivem, e não só as médias estatísticas ou números gerais” (PIRES, 2016, 40).

Reconhece-se “a relevância que ocupa a gestão da informação no conjunto do processo de gestão”.

A informação e a gestão da informação são de fundamental importância para a democratização do conjunto das políticas públicas, mas a sua efetiva socialização e decodificação são essenciais para que possam subsidiar a tomada de decisão pelo coletivo dos participantes [...] (PRATES, 2018, p. 8).

Para o processo de Vigilância Socioassistencial há dificuldades sinalizadas pelos entrevistados. Destarte, ficam ocultas raízes estruturais que escancarariam as contradições de um modo de produção em crise (SCHERER, 2018).

Na mesma direção do pensamento de Scherer (2018), enfatizando o atendimento das necessidades sociais, pergunta a si mesmo um conselheiro da política de assistência social: “Quantos desligamentos a gente consegue por ter concluído o PIA dentro do serviço? Quantos são desligamentos por outros motivos?”.

As ações desenvolvidas na política de assistência social devem integrar-se às demais políticas públicas de modo a compor um conjunto de ações de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades das populações. Do contrário, “a consequência é a formação de uma grande parcela da população que vive no limite da necessidade” (LAZZARI, 2018, p. 95).

A informação, sua produção, acesso e socialização são de extrema importância para viabilizar processos sociais emancipatórios. A Vigilância Socioassistencial é um processo que se constitui como parte a gestão da informação. “A gestão da informação é fundamental para que se possa efetivar a gestão do conhecimento, que pressupõe a mediação de teorias explicativas” (PRATES, 2018, p. 6).

“A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho” (BARROCO, 2011, p. 206). Martins (2002, p. 111) observa, também, que do ponto de vista social e imediato, “das pessoas que o vivenciam, o processo de expansão capitalista difunde sofrimento, pobreza e humilhação, difunde um certo sentimento de privação, de perda, de expropriação”. Dado que para ser desvendado exige profissionais capacitados e outros recursos, como as redes e softwares para armazenamento e cruzamento de dados.

Considerações finais

Mesmo que alguns direitos sejam garantidos e materializados, o que seria sem dúvida um grande progresso, “não constitui, porém a forma final de emancipação

humana, porque se pauta não na ‘essência da comunidade’, mas na ‘essência da diferenciação’ (MARX, s/d, p. 30). A cidadania conforme a concepção liberal se caracteriza como direito de posse, de propriedade e de contratos.

A burguesia passou a lutar pela manutenção do capitalismo e o liberalismo que, no discurso, ressaltava valores de liberdade e igualdade e passou a aceitar a existência de instâncias para o funcionamento das instituições que garantem a reprodução do capital. Tal reatualização do conservadorismo é favorável “[...] pela fragilização de uma consciência crítica e política e que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista” (BARROCO, 2011, p. 212). “O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 46). “Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressa um repúdio à revolução burguesa [...] no pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução [...] (Ibidem, p. 49).

Como resistência à ordem burguesa consolidada, surgem os movimentos operários chocando-se com valores ideo-político-culturais burgueses, de outrora revolucionária. Na atual conjuntura de especulação e busca predatória por lucros, a luta por direitos e por políticas sociais transforma-se na alternativa para a classes trabalhadora. Esta luta não transforma a sociedade de classes, mas materializa a minimização das perversas expressões da questão social na contemporaneidade.

Parafrazeando Vanessa Panno (2018) em parecer de qualificação do presente estudo: A Vigilância Socioassistencial requer um trabalho “propositivo, não da forma que o pensamento conservador fetichiza, mas sempre com esperança de elucidar a contradição para superar os limites”. Uma sociedade polarizada entre carências extremas de um lado e o privilégio absoluto de uma camada dominante de outro. No outro extremo da desigualdade, “nesta base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura)” (SCHERER, 2018, p. 259), encontra-se a parcela de rentistas.

O pouco conhecimento dos gestores da política social e a falta de reconhecimento em relação à importância e complexidade da função vigilância socioassistencial; o caráter informal da estruturação; a falta de estrutura e pessoal; a ausência de devolutivas; a rotatividade de pessoal e o domínio restrito de processos de diagnóstico, indicadores,

monitoramento e avaliação são pontos negativos apontados por Aldaíza Sposati (2017) e que convergem diretamente com os achados do presente estudo.

As populações em situação de rua, dada a sua condição deveriam ser um dos primeiros segmentos a serem priorizados por essa função, em razão das profundas desigualdades a que estão expostas, mas o que se verifica é sua invisibilidade, para a proteção, desde a prevenção (NUNES, 2019).

Infere-se que, considerando a complexidade dos processos de realização e a morosidade na obtenção de resultados, pela Vigilância Socioassistencial, embora apresentem resultados em termos de alcance/metras, e considerando que a Vigilância Socioassistencial ainda se limita a mostrar resultados quantitativos exitosos no atendimento à população, talvez um dos fatores determinantes da (in)visibilidade¹² das Populações em Situação de Rua possa ser explicado pelo resultado dessa possível (des)conexão. Resultado *conectado* a alguns resultados de alcance, morosos, que aparecem geralmente em metas quantitativas, como indicadores de êxito e; *desconectado* de processos viáveis somente a partir da combinação de indicadores, construídos de forma processual e coletiva, que permita a percepção das desproteções e sua transformação (NUNES, 2019).

“A sociedade do capitalismo tardio é a sociedade do poder da ideologia onde se disseminam os valores-fetiches, sonhos, expectativas e valores de mercado” (ALVES, 2013, p. 9). Cabe dar destaque para o fato de que o segmento população em situação de rua carrega em si quase todos os marcadores sociais que são rechaçados pelo conservadorismo, entre os quais se destaca a conformação de família, trabalho e moradia. Assim, potencialmente a população em situação de rua está, sem dúvida, mais exposta à coerção e processos de estigmatização e discriminação, processos de higienização e interdição, mas como contraponto pode ser um segmento populacional que enfrenta e faz movimento de resistência ao sistema simbolizado pela mercadoria e a propriedade privada. Há um conservadorismo que busca legitimar-se pela repressão dos trabalhadores e pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e através da militarização da vida cotidiana.

¹² Explica-se a partir de Mione Sales (2004), a (in)visibilidade onde a partir de alguns elementos que apontam, de um lado, a *invisibilidade* do sofrimento e da dor, da miséria, e por outro, sinalizam o tipo de malhas simbólicas que permitem a *visibilidade* intensificada a partir do preconceito e medo da violência, valores conservadores. Ver: SALES, Mione Apolinário. (In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. Tese de Doutorado em Sociologia. USP. São Paulo, 2004.

Marx em Glosas Críticas Marginais destaca:

Napoleão queria acabar de um golpe com a mendicância. Encarregou as suas autoridades de preparar planos para a eliminação da mendicância em toda a França. O projeto demorava: Napoleão perdeu a paciência, escreveu ao seu ministro do interior, Crétet, e lhe ordenou que destruísse a mendicância dentro de um mês, dizendo: "Não se deve passar sobre a terra sem deixar traços que relembrem à posteridade a nossa memória. Não me peçam mais três ou quatro meses para receber informações; vocês têm funcionários jovens, prefeitos inteligentes, engenheiros civis bem preparados, ponham ao trabalho todos eles; não fiquem modorrando no costumeiro trabalho de escritório". Em poucos meses tudo estava terminado. No dia cinco de julho de 1808 foi promulgada a lei que reprime a mendicância. Como? Por meio dos depósitos, que se transformaram em penitenciárias com tanta rapidez que bem depressa o pobre chegava aí exclusivamente pela estrada do tribunal da polícia correcional¹³.

Napoleão parecia querer imediatividade em obter resultados, o que não garantiu a superação de situações de desproteção no caso específico da ‘mendicância’ da época, ao contrário, (in)visibilizou, reprimiu e criminalizou os sujeitos.

Resta-nos saber: nestes tempos em que “o Brasil voltará a ser um País livre das marras ideológicas [...]” e onde “as regras, os contratos e as propriedades, serão respeitadas [...]”¹⁴ se a função da Vigilância Socioassistencial, no que diz respeito à Situação de Rua, superará a visão Napoleônica de 1808?

Referências

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura, e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB - SUAS 2012**. Brasília, 12 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, Novembro de 2005, Reimpresso em 2013.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹³ MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano. *Jornal Vorwärts*, nº 63, 7 (sete) de agosto de 1844. Tradução de Ivo Tonet. *Revista Praxis*, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

¹⁴ Trechos do discurso de posse do atual presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo:** porque oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ESCORSIN NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: UNESP, 1996.

HERRERA, Rémy. Prefácio: O capital fictício no centro da crise. In: GOMES, Helder (org.). **Especulações e lucros fictícios:** formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 7-12.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAZZARI, Evelise. **Vigilância socioassistencial no Brasil:** contradições da operacionalização e repercussões no processo de democratização da política de assistência social. Tese de doutorado. Porto Alegre. PUCRS, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MARCUSE, Herbert. **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, Karl. **A questão judaica.** Rio de Janeiro, Achiamé, s/d.

_____. **O capital:** a crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I. Volume 1. 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** (introdução - fev. 1998) Além do capital. São Paulo, Boitempo, no prelo. (Monthly Review).

_____. **O Século XXI:** socialismo ou barbárie. Boitempo, São Paulo, 2003.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Processo de Rualização como expressão da questão social em Gravataí:** a interface da Política de Assistência Social no Herbert de Souza. TCC Serviço Social. ULBRA: Gravataí, 2010.

_____. **Como a População em Situação de Rua está contemplada no processo de Vigilância Socioassistencial?** Tese de Doutorado. Porto Alegre. PPGSS/PUCRS, 2019.

OXFAM. **Uma economia para os 99%** - resumo executivo em português, jan/2017. http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99_sumario_executivo.pdf

PIRES, Flavia Cristina de Paula Gomes. **A institucionalização da Vigilância Socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Tese de Doutorado Serviço Social. PUCSP, São Paulo, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **A vigilância socioassistencial e sua relação com o planejamento, a gestão da informação e a pesquisa**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA. São Luís, 22a25/ago./ 2017.

_____. **A Importância da Linguagem e da Gestão da Informação nos Processos Participativos**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 01 - 10, jan./jul. 2018.

SCHERER, Giovane Antonio. **O Caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**. Tese de doutorado. Porto Alegre. PUCRS, 2015.

_____. **Territórios violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural**. Emancipação, Ponta Grossa, 18(2): 251-265, 2018. Disponível em <http://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/10904>

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

_____. **Relatório diagnóstico sobre aspectos da gestão do SUAS: Trabalho, Gestão Organizacional e Vigilância Socioassistencial**, a partir da análise de informações identificadas e sistematizadas nos últimos 10 anos de implementação do Sistema nos três entes federados e construção do Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026. Produto de Consultoria, n. 1/2016. SNAS/MDS.

_____. **VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: condição para afirmação do direito socioassistencial no âmbito da proteção social distributiva**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA. São Luís, 22a25/ago./ 2017

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

UFRGS/FASC-PMPA. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Relatório Final. IFCH/UFRGS. Porto Alegre, dez/2016.

WACQUANT, Loïc. **Los cárceres de la miséria**. Madrid: Alianza, 2007.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X